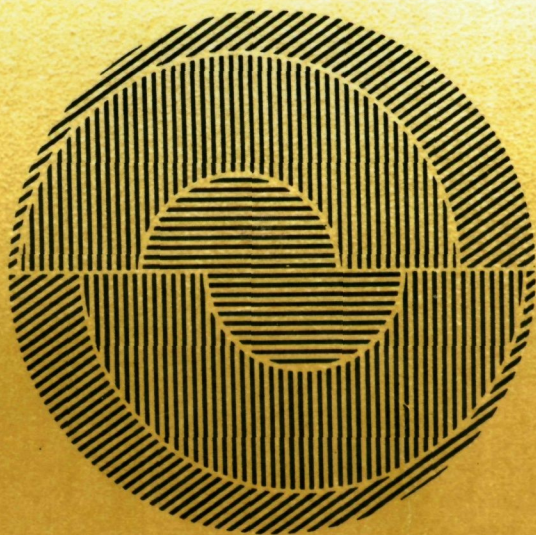


REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
JULHO A SETEMBRO 1984
ANO 21 • NÚMERO 83

Presença de Maquiavel

FERNANDO WHITAKER DA CUNHA

Desembargador do TJRJ, Professor da
UERJ.

“Eu amo a minha pátria mais do que
a minha própria alma.”

MAQUIAVEL

1. “Muchas veces”, assinalou o publicista espanhol TEODORO GONZALEZ GARCÍA, “acontece que la teoría nueva no és más que el eco renovado de una idea pasada y conocida.” Vem esta citação para situar o problema da alegada influência de MAQUIAVEL no pensamento político contemporâneo, do qual alguns ideólogos, como PARETO e MICHELS, são considerados neomaquiavélicos, assim como o pré-maquiavelismo se fizera notar, entre outros, em KANTILYA, o Maquiavel da Índia.

A presença de MAQUIAVEL nas doutrinas da direita, por exemplo, é apenas uma das conseqüências de sua iniludível atuação na teoria política moderna que, em última análise, dele promana em densas golfadas, redescobrimdo-o a partir do século XIX.

É aquela escassa curiosidade que a história das idéias políticas tem despertado nos espíritos, como observou DUNNING, a responsável pelas maliciosas interpretações, de que tem sido objeto a obra do Secretário florentino.

É com ele que se edifica o conceito de Razão de Estado e que a idéia política se desembaraça das implicações teológicas e morais (“*débrouilla le chaos de la politique*”, confirmou RIVAROL, no “*Discours sur l’Universalité de la Langue Française*”), deixando de ser uma subcategoria no mundo da cultura. Reconhece-se, em sua obra, como diz CARISTIA (ob. cit., pág. 2), “un altissimo concetto della Nazione e una chiara affermazione della concezione organica dello Stato e una più chiara affermazione del cosiddetto — Stato laico”, abrindo, no exprimir do COLE (1), “perspectivas ilimitadas ao poder secular”. HOBBS seria seu mais direto continuador, “powerfully influenced by Descartes”, segundo POGSON SMITH.

O senso do real, do prático, do científico e do racional em MAQUIAVEL, homem típico da Renascença, como o céptico MONTAIGNE, completa o elenco dos motivos, juntamente com sua concepção laica das coisas, que o fizeram combatido pelo pensamento oficial de sua época, representado pela Igreja, a qual não poderia admitir a transição política que se estava processando, em seu detrimento temporal, e que bem distingue a Idade Média da Moderna. A Contra-Reforma, estrênuo defensora do Papado, se deve, aliás, o início da censura contra o historiador de Florença, cidade na qual via o prolongamento da “Polis”, e que era governada, em certa fase, pela “Signoria”, composta de 65 cidadãos, com o auxílio do “Gonfaloneiro” da Justiça, supremo representante do Estado, e dos Conselhos (o Grande e o dos Oitenta), exprimindo um sistema político (“o governo enfim é colegiado”, comenta ALBERTO TENENTI, em *Florença na época dos Medici*, pág. 18), que era, em geral, o das cidades italianas do tempo (se bem que, em Genebra, um Conselho Geral de Cidadãos elege-se, anualmente, quatro síndicos) e que mereceram da BUCKCHART a qualificação de “Estado como obra de arte”. Veneza possuía, como órgãos principais, o *Maggior Consiglio*, o Conselho dos Dez e o Tribunal dos Quarenta. “Il Consiglio dei X é costituito dal Doge (que era eleito), dai suoi sei consiglieri e da altri dieci membri, eletti ogni anno e non più rieleggibili l’anno successivo”, informa UMBERTO FRANZEL (*Le Prigioni della Repubblica di Venezia*, pág. 120, Veneza, 1966).

RINALDO FULIN (Breve Sommario de Storia Veneta) dividia a história política, e mesmo na econômica, a autoridade da Igreja, vale dizer, do Poder tico e o oligárquico.

“NICOLAU MAQUIAVEL”, acentuou GIUSEPPE PREZZOLINI (2), “nasceu com os olhos abertos”. Isso, numa palavra, significa, é claro, rejeitar, na área política, e mesmo na econômica, a autoridade da Igreja, vale dizer, do Poder Papalino, dos Concílios e, em decorrência, dos ensinamentos das Escrituras, como eram interpretadas, dos Santos Padres e dos postulados de direito natural, em prol de uma nova mundividência, do *il vero* e do livre exame dos valores. Não importava em ateísmo essa posição intelectual do arguto diplomata, como demonstra o seu cristão comportamento em face da morte.

(1) *La Organización Política*, 5ª ed., México, 1961, pág. 20.

(2) *Vida de Maquiavel*, pág. 7.

“Para MAQUIAVEL, el único método aceptable, en materias políticas”, deixou bem claro GETTEL, “es el histórico, o sea, la manera de enfocar los problemas del presente, y aun del porvenir, a la luz de los hechos del pasado”⁽³⁾.

A História foi, sem dúvida, a lente através da qual o pensador de que tratamos dividiu as realidades e pôde transformar-se num admirável crítico de costumes políticos, no qual está palpável um objetivo ético, além dos padrões convencionais. Por essa razão, seu estilo objetivo foi, como disserta GRAMSCI⁽⁴⁾, o “de um homem de ação, de quem quer impulsionar a ação; é estilo de manifesto de partido”.

O suposto satanismo de MAQUIAVEL é hoje síndrome de letras gordas. Entretanto, admiráveis espíritos têm-se deixado influenciar e prevenir contra ele. Descartes, referido por IVAN LINS⁽⁵⁾, analisou longamente *O Príncipe*, na correspondência com a Princesa Palatina, opinando em que seu autor mais errou: em “não ter distinguido bastante entre os Príncipes que adquiriram um Estado por vias justas e os que o usurparam por meios ilegítimos, dando a todos, indiferentemente, os preceitos que não convêm senão aos últimos”.

Obra didática de moral política, *O Príncipe*, que ensina “a lição do fracasso político, bem como a do êxito político”, no exprimir de MAURICE CRANSTON⁽⁶⁾ e que deve ser estudado dentro da sistemática dos livros de MAQUIAVEL, não poderá despertar censuras fora desse campo. Seus postulados éticos destinavam-se a uma órbita polêmica, qual a dimensão do mundo político, onde as paixões e os interesses travam um diálogo pouco ingênuo, e o que neles parece mero cinismo é, muitas vezes, diplomacia, ou um discurso sobre a psicologia humana. Disse BLUNTSCHLI que MAQUIAVEL conhecia penosa e profundamente os corações.

“Quem é causa de que alguém se torne poderoso arruína-se a si mesmo; porque para isso usou de habilidade ou de força e ambas estas coisas são suspeitas a quem se tornou poderoso”, ensina MAQUIAVEL⁽⁷⁾, em sua bíblia política, lida avidamente pelos que tinham ou desejavam obter o mando (Sixto V, Henrique IV, a Rainha Cristina, Catarina de Médicis, Napoleão e o próprio Frederico, o Grande, estão entre seus constantes manuseadores, sabendo-se, mais recentemente, a sedução que ela exerceu sobre Lenine, Kamenev, Mussolini e Hailé Selassié).

“Deve um Príncipe evitar sempre o ódio e o desprezo de seus súditos, valendo mais o amor do que as fortalezas”, escreveu ele, elaborando e fixando as bases de uma “ciência política aprofundada”, na expressão de LEOPOLDO DE FREITAS⁽⁸⁾. Como assegurou CASSIRER, embora analisado por filósofos, his-

(3) *Historia de las Ideas Políticas*, 1.º vol., pág. 237.

(4) *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, pág. 10.

(5) *Descartes*, pág. 521.

(6) *Diálogos Políticos*, pág. 12, Cultrix, 1970.

(7) *O Príncipe*, 2ª ed., Ed. Vecchi, pág. 27.

(8) *Esboço Geral de Literatura*, São Paulo, 1925.

toriadores, políticos e sociólogos, permanece o segredo da mensagem de MAQUIAVEL, em *O Príncipe*, obra que, realmente, instaura o positivismo político.

Consideramos, porém, que o único roteiro plausível para uma tentativa de decifração desse original evangelho é situar historicamente o homem e a obra, para compreender o primeiro e justificar a segunda.

SABINE fez constar que, "por mais ampla e clara que fosse sua visão política, MAQUIAVEL era ainda, em certo sentido peculiar, um italiano do primeiro quartel do século XVI. Tivesse ele escrito em outra época e lugar, a sua concepção de política teria sido muito diferente" (*).

Ainda que *O Príncipe* tenha coordenadas de validade intemporal, embora carentes de maior sistematização, possuía uma destinação imediata (servir de orientação, primeiramente, a Giuliano de Médicis, e, depois, a Lourenço II de Médicis, a quem foi dedicado, por motivos óbvios, e que não deve ser confundido com Lourenço I, o Magnífico, admirável político, esteta e mecenas, discípulo de Marsílio Ficino, que almejava conciliar Cristo e Platão, mantendo sempre, diante do busto do segundo, uma lâmpada acesa, o que atesta a penetração dos ideais platônicos na cultura florentina, e em cujo governo, entre outros, floriu o gênio de BOTTICELLI) e, sob certo sentido, é uma produção de circunstância, como reflexo de contingências locais. Daí seu caráter vivo, notado por Gramsci, formulando, como escreve Le Bon (*A Psicologia Política*, pág. 5), "regras precisas no tocante à arte de governar os homens de seu tempo".

MAQUIAVEL escreveu após a Reforma, impregnado, certamente, da liberdade da razão e da necessidade do livre exame, quando a Europa já ingressava no Absolutismo e a Itália conservava-se feudal, fragmentada entre as repúblicas de Florença e Veneza, o reino de Nápoles, o ducado de Milão e o Estado Papal, empolgada pelo prestígio tentacular das grandes famílias que se combatiam: os Visconti e os Sforza, de Milão; os Bentivoglio, de Bolonha; os Montefeltre, de Urbino; os Este, de Ferrara; os Donia, de Gênova; os Malatesta, de Rimini; os Falliero, de Veneza (é excelente a evocação de JOAQUIM THOMÁS, em *A Dogaressa*); os Gonzaga, de Mântua, retratados por Mantegna; os Médicis, de Florença; os Baglioni, de Perugia, sem contar os Borgia, que detinham a hegemonia política através do pontificado de Alexandre VI, pródigo em dolo e malícia. Ao Papado, aliás, não interessava a união italiana e isso MAQUIAVEL o sustentava, considerando a Igreja, que, no aspecto, tem de ser apreciada em termos políticos, o grande obstáculo à sua tese do Estado Nacional, que inaugurava o conceito de Estado Moderno, pela almejada centralização do Poder. Esse antagonismo, do qual participava o impulsivo Guicciardini, esclareça-se, tem sido ainda nocivo ao escritor, comprometendo-o seriamente junto a espíritos limitados.

A interpretação laica do fenômeno estatal, do supremo fato social, é, pois, aspecto axial do pensamento de MAQUIAVEL que, no apregoar de JANET, traduziu

(*) *História das Teorias Políticas*, 1.º vol., pág. 329.

a política para o vernáculo, iniciando-nos em sua gramática, para usar a terminologia de LASKI.

A concepção de um Estado secular, com uma espécie de religião civil, que prenuncia ROUSSEAU, rompe, por conseguinte, o intransigente escolasticismo de então, como já o havia feito três séculos antes Frederico II, propiciador de um Estado absoluto, que pode ser considerado moderno.

“Os funcionários deste Estado”, historia CASSIRER (ob. cit., pág. 176), “não eram clérigos, mas leigos. Cristãos, judeus, sarracenos, tinham parte igual na administração; ninguém era afastado por motivos meramente religiosos. Na Corte de Frederico II desconhecia-se qualquer discriminação entre seitas, raças ou nações. O interesse que prevalecia era o do Estado secular, do Estado terreno”.

Tal é, também, a opinião de GARCÍA-PELAYO sobre o grande rei e diplomata, discípulo de Inocêncio III, que desafiara a Cúria, colocando em tensão suprema os dois poderes que almejavam a universalidade, aproximando, por outro lado, a Cristandade, do Islã, o que possibilitou um equilíbrio político até o século XV, afirmando que o soberano da Suábia abria a “via para a época moderna, enquanto sua política alemã deu origem à dispersão do Império germânico em Estados particulares, e estabeleceu na Itália o que repetidamente se tem denominado o primeiro Estado moderno” (10).

Frederico II antecipou concepções políticas que só posteriormente adquiriram validade geral e tornou-se, na frase de BURKHART, “o primeiro homem moderno que subiu a um trono”. O seu “modernismo” identifica-se ao de MAQUIAVEL, embora desconheçamos um estudo paralelo sobre ambos que, em substância, almejavam pôr fim ao medievalismo das instituições.

Oportuno é, em decorrência, o apontamento de PREZZOLINI: “SAVONAROLA era a Idade Média, MAQUIAVEL era o tempo moderno que nem mesmo os seus contemporâneos podiam compreender”. Esse não deixava, entretanto, de respeitar aquele, como profeta desarmado.

Ao monge preocupava o Criador, ao escritor, a criatura de quem tudo esperava, não deixando, outrossim, de ser profundamente cristão esse ponto de vista.

“O primeiro”, atesta LAURO ESCOREL (11), “todo voltado para a salvação da alma humana como a suprema finalidade da vida, o segundo preocupado essencialmente com a salvação da pátria e com a defesa do Estado”. Por sua vez, observou GRAMSCI: “a oposição SAVONAROLA-MAQUIAVEL não é a oposição entre ser e dever ser, mas entre dois dever-ser: o abstrato e obscuro de SAVONAROLA e o realista de MAQUIAVEL”. Referindo-se ao *Institutio Principis Christiani*, de ERASMO, argumenta D. VAN DAMME (*Erasme, Sa Vie, Ses*

(10) *Frederico II da Suábia e o Nascimento do Estado Moderno*, pág. 21.

(11) *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*, pág. 15.

Ceuvres, pág. 126), que enquanto a objetividade de MAQUIAVEL mostra o príncipe, como ele é, o grande humanista “le montre tel qu'il doit être”, afirmando que “ninguém é príncipe se não for homem de bem”.

O tribunal da crítica histórica não pode deixar de aceitar o progressista MAQUIAVEL, de um lado, como homem típico de seu tempo e do outro, como uma antecipação.

O civismo do autor florentino e a sua observação perspicaz, fruto de “una longa sperienza delle cose moderne ed una continua lezione delle antiche”, teriam que fazê-lo tomar, como Dante e Rienzi, uma posição em prol da libertação e da união da Itália e da necessária soberania do Estado, originando-se desse fato o seu prestígio do *Risorgimento*. Para isso, contribuiu a sua experiência diplomática, que lhe permitiu, assegura J. A. HALE⁽¹²⁾, ver seu país de fora e “as lutas partidárias da Península ampliadas em termos de política internacional”. Comentou BARCIA TRELLES que ele “es, ante todo y sobre todo, un ardiente patriota italiano”. A sua teoria do Estado renascentista nasce, nos termos de WERNER NAEF⁽¹³⁾, “del dolor por el Estado, de la angustia patriótica ante la realidad política de su tiempo”. Por esse motivo, já foram louvados seus ideais republicanos. O próprio ROUSSEAU declarou que “en feignant de donner des leçons aux rois, MACHIAVEL en donne de grandes aux peuples. Le Prince est le livre des républicains”. COSTERO chegou a considerar “santíssimo” o escopo de MAQUIAVEL. “Sua tendência republicana revela-se na aversão aos fundadores de tiranias”, completa MARIO SAVELLI (“Tempos e Lugares de Niccolò Machiavelli”, in *Rev. A.P.L.*, n.º 77).

Daí as normas práticas que o italiano expendeu para a estruturação e conservação do Poder Político, tendo BURDEAU (*L'État*, pág. 48, Paris, 1970) encontrado, nelas, receitas “destinées à garantir la stabilité de l'autorité”, como a da instituição das milícias nacionais, arregimentando as massas, em substituição às mercenárias, mas todas elas tinham destinação bem nítida no espaço e no tempo. Delas se extraiu, como percebeu ARRIGHI, “um maquiavelismo *in abstracto*, absoluto, de que MAQUIAVEL não é inteiramente responsável”. Esclarece JOACIL DE BRITO PEREIRA (*Idealismo e Realismo na Obra de Maquiavel*, pág. 68), ter sido PIERRE BAYLE, no século XVIII, “quem empregou pela primeira vez a palavra maquiavelismo, definindo-a como a arte de reinar tiranicamente”. Esse filósofo combativo, aliás, preparou o caminho para VOLTAIRE.

Com efeito, o maquiavelismo é hoje uma expressão genérica que tanto traduz a política sutil como a arbitrária, tanto a dissimulada como a aberta, usando, da mesma forma, ora a violência, ora a fraude, não sendo uma atividade exclusiva dos governantes. A respeito, precisou HECTOR RODOLFO ORLANDI⁽¹⁴⁾: “Se distinguen dos clases de maquiavelismo. El maquiavelismo principesco, ejecutado por el monarca, y el maquiavelismo popular, ejercido por el

(12) *Maquiavel e a Itália da Renascença*, Zahar, 1963, pág. 16 (ver CARLOS FAYT — *Renascimento*, Omeba, 1966).

(13) *La Idea del Estado en la Edad Moderna*, Madrid, 1947, pág. 67.

(14) *Estudios Iniciales de Derecho Político*, pág. 16.

pueblo, a veces protegiendo su libertad como en el caso de las revoluciones patrióticas. Generalmente, los partidarios de uno son enemigos del otro, aunque el resultado sea idéntico”.

MARITAIN, por sua vez, considera a existência de um maquiavelismo moderado (Richelieu) e de um maquiavelismo absoluto (as ditaduras do século XX), sendo Bismark uma forma de transição. Sentenciou SÁNCHEZ AGESTA (ob. cit., pág. 82) que “el maquiavelismo debe su existencia a los más antiguos príncipes del mundo y a MAQUIAVEL solo el nombre”. Pode-se, assim, compreender ALBERDI, quando opina ser o maquiavelismo, direito público romano restaurado.

MAQUIAVEL, visando, substancialmente, à supremacia do povo, admitia, como um mal necessário, em virtude do jogo histórico de que participava, a hegemonia dos governantes. “É verdade que eu ensinei aos tiranos como se conquista o poder, adverte ele, em sua conhecida obra cheia de alusões, mas também ensinei aos povos como é que se aniquilam os tiranos”.

Destarte, é lícito conceber-se hoje o verdadeiro maquiavelismo como uma das formas de liberalismo e de sentimento democrático, tão bem expressos quando seu inspirador trata de república romana, cujos bons exemplos enaltece.

MARITAIN chega a admitir mesmo que “o único maquiavelismo de que é capaz uma democracia como tal é o maquiavelismo atenuado e fraco”⁽¹⁵⁾ BÁRBARA HELIODORA (*A Expressão Dramática do Homem Político em Shakespeare*, pág. 151, Paz e Terra, 1978) assinala que MAQUIAVEL almeja, em verdade, um governo “equilibrado, bom, dedicado ao bem da comunidade”.

Anunciou, em tom profético, sobre o biógrafo de Castruccio Castracani, o agudo MACAULAY: “Será objeto de homenagem ainda mais profunda quando o fim a que decidiu a sua vida pública for realizado, quando se quebrar o jugo estrangeiro, quando um segundo Procida vingar as afrontas de Nápoles, quando um Rienzi mais feliz restaurar a boa supremacia de Roma, quando as ruas de Florença e Bolonha ressoarem novamente com seu antigo grito de guerra: “Popolo; popolo; muoino i tirani”⁽¹⁶⁾.

Salus populi suprema lex, proclamavam os romanos, e MAQUIAVEL, nessa linha de raciocínio, subordinava todos os princípios ao interesse geral e às necessidades da vida estatal (existe, aliás, certo paralelismo entre algumas de suas idéias e instruções da chamada “Monita Secreta” dos jesuítas). Escolmando-se ele de sua justificável imanência, perdura a sua transcendência, que está na base das idéias políticas modernas.

É preciso distinguir o que é local e o que é universal em sua obra, pois ele, como HENRY MILLER, compreendia que “above the national and racial drama which are convulsing the world, a greater drama is being staged: the world drama”.

(15) *Princípios de uma Política Humanista*, pág. 239.

(16) *Ensaio Históricos*, 2.º tomo, pág. 169.

Tratando, com propriedade de LA BOÉTIE, escreveu ARMANDO FERRARI (17): “Nos primeiros anos de reinado de Henrique II, a palavra (maquiavelismo) já é sinônimo de tirania pérfida e de hipocrisia política. É exatamente neste período que ETIENNE DE LA BOÉTIE conclui o seu discurso sobre a Servidão Voluntária e parece-nos lógico que tenha se rebelado contra o realismo imoral de uma política positiva que deveria triunfar pouco depois com Catarina de Médicis e Carlos IX.”

Dessa forma, escamoteado pelos interesses subalternos dos príncipes, que o moldavam segundo suas conveniências, tornou-se MAQUIAVEL símbolo negativo, como pretexto de nocivas maquinações políticas, e sua obra, aprovada pelo Papa Clemente VII, foi depois condenada pelo Concílio de Trento.

Tornou-se, assim, LA BOÉTIE o antifalso MAQUIAVEL, esta insondável *Gioconda* política (“ardo — e o ardor não se mostra externamente”, lê-se em um de seus poemas). Poeta, filósofo, humanista, magistrado, amigo de MONTAIGNE (“se quiserem que diga por que o amava”, escreveu o autor de *Ensaíos*, “sinto que só o poderei fazer, respondendo que era por ser ele quem era, por ser eu quem sou”), a quem se deve seu conhecimento, e que pode ser considerado adepto do “despotisme éclairé”, nas palavras de PIERRE MOREAU (18), LA BOÉTIE, em curta e esplendorosa vida, exprimiu um idealismo político de largas coordenadas, mostrando a ilogicidade da monarquia absoluta, o que lhe acarretou a inimizade de soberanos, como Catarina de Médicis. Essa oposição sistemática à sua obra foi, aliás, uma das causas de seu esquecimento. A MAQUIAVEL se antepunha a Igreja, a ele, o Trono, por, no fundo, serem idênticos seus ideais.

O “Discurso Sobre a Servidão Voluntária” foi precursor das reivindicações liberais e das conquistas democráticas dos séculos subsequentes, sedimentado, como de costume, pelos greco-latinos, nutrindo, sem dúvida, MONTESQUIEU e BECCARIA, como de MAQUIAVEL vieram imediatamente HOBBS e mesmo BENTHAM, se bem que a este último, que influenciou em STUART MILL, não fosse estranho o ceticismo de HUME. Referindo-se a LA BOÉTIE, e comentando sua tese, assevera ANDRÉ CRESSON (19) que ela esclarece ser voluntária a servidão do povo, o qual poderia evitar os tiranos, mas a fraqueza pública “faz a força dos usurpadores”.

Não se pode negar a LA BOÉTIE a glória de ter reagido, embora inconscientemente, contra a má interpretação de MAQUIAVEL, cujos supostos amoralismo e materialismo não encontram, hoje, penas autorizadas que os sustentem.

A *contrário*, o pensamento maquiavélico, no âmago de seus propósitos, reveste-se de indisfarçável coloração ética e o que há nele de materialista é o

(17) *Etienne de La Boétie no Quadro Político do Século XVI*, pág. 16.

(18) *Montaigne, l'Homme et l'Œuvre*, pág. 86, Paris, 1939. Cidadão do mundo, o autor de *Ensaíos*, por sua vez, se colocara contra o intolerantismo e contra o absolutismo, almejando reduzir ao máximo a autoridade do Estado.

(19) *A Filosofia Francesa*, 2.ª ed., pág. 54.

tonus pragmático, a ironia, o ceticismo e o bom senso. A virtude que pregava deveria ser a qualidade suprema dos líderes autênticos.

Declarou, com felicidade, ALFIERI: “chiunque ben legge e nell'autore s'immedesima non puo riuscire se non un focoso entusiasta di libertà, e un illuminatissimo amatore d'ogni politica virtù”.

MAQUIAVEL não precisa daquela “gentle word”, do verso de WILDE. Todavia, um dos que mais contribuíram para a sua crescente humanização foi, sem dúvida, SPINOZA, da mesma forma terrivelmente combatido (“les pierres lancées contre Spinoza”, revelou ALAIN, “retombent sur nous”), que o considerou penetrantíssimo, explicando que demonstrou a imprudência dos que pugnam por destituir um tirano sem suprimir a causa que o ensejou, talvez a insensatez do povo, que confiou a um homem a sua salvação, pessoa que, por temor, findará por hostilizar a vontade coletiva, ao invés de cuidar de seus magnos interesses.

“Inclino-me a interpretar assim o pensamento deste hábil homem”, expõe o filósofo holandês⁽²⁰⁾, “que sempre foi pela liberdade e propinou conselhos salutaríssimos sobre os meios de defendê-la”.

Bem notou ALAIN⁽²¹⁾ que a obra de SPINOZA é uma *étonnante entreprise*.

Em interessante livro, no qual demonstra enfrentarem as empresas problemas de política interna e externa idênticos aos dos Estados, ANTONY JAY⁽²²⁾ enaltece a atualidade de MAQUIAVEL, aplicando-o na teoria política da empresa, provando compreendê-lo: “seu objetivo era simplesmente analisar os procedimentos que, no passado, haviam conduzido ao êxito político, a fim de deduzir, a partir deles, os princípios que importa observar para obter êxito político no presente”.

A política tornou-se científica com MAQUIAVEL, porque — paradoxalmente — fulminou ele a hipocrisia, mostrando, como sentiu BACON, a maneira com que “os homens costumam agir e não a maneira como deveriam agir”. Tal o segredo da esfinge que estudamos.

Escrever sobre o florentino importa escrever sobre preconceitos, pois aqueles que dele tratam, em geral, o fazem deliberadamente, para justificar a própria ideologia. OTÁVIO DE FARIA, em livro magnífico⁽²³⁾, deixou patente

(20) *Tratado Político*, pág. 100.

(21) *Spinoza*, pág. 9.

(22) *Maquiavel e Gerência de Empresas*, pág. 38.

(23) *Maquiavel e o Brasil*, pág. 2. Comentando esse trabalho, observou ODYLO COSTA FILHO (*Graça Aranha e Outros Ensaios*, pág. 107, Rio, 1934) que ele, praticamente, inaugurava a bibliografia brasileira sobre o assunto. É também a opinião de ALBERTO VENANCIO FILHO (in *Maquiavel*, obra coletiva, Brasília, 1980). Ver *Machiavel, Machiavéis, A Tragédia Octaviana*, de MARIA TEREZA SADEK, Ed. Símbolo, S. P. e *Destino do Socialismo*, de Octávio de Faria, Ariel, 1933.

que “existem vários MAQUIAVEL, como existem vários PASCAL, vários ARISTÓTELES, vários NIETZSCHE”. Cada comentador toma as liberdades que convêm à orientação do seu espírito.

A filiação dos extremismos a MAQUIAVEL é uma interpretação como outras. O bem comum objetivado por ele encerrava, em síntese, uma advertência e uma orientação liberal que não se coadunava com totalitarismos. A escolha de Cesar Borgia, como o príncipe capaz de encarnar as virtudes políticas, teve caráter meramente circunstancial e simbólico, por sua tentativa de organizar um Estado. “Assim, a decisão de MAQUIAVEL sobre o que seria ótimo para a Itália, consideradas as limitações específicas de seus dias, não era o melhor, mas antes o melhor possível”, alertou ROBERT DAHL (24).

Quando OTÁVIO DE FARIA afirmou que “Mussolini é, em traços gerais, o homem com que MAQUIAVEL sonhou” (da mesma forma com que GRAMSCI identificou o P.C. com o “moderno Príncipe”) e que poderia, sob certos aspectos, ser confrontado com o *ubermensche*, de NIETZSCHE, respondia o seu inegável talento a um reclamo das circunstâncias, impressionado por uma persuasiva oratória, que proclamava: “e noi oggi portiamo l'idea dell'ordine, della gerarchia, dell'autorità dello Stato contro la teoria suicida del disordine, della indisciplina, della irresponsabilità”. Em decorrência, adotou-se a fórmula: “Tutto nello Stato, nulla fuori dello Stato, nulla contro lo Stato.”

O Prelúdio que o *Duce* compôs a MAQUIAVEL era, em verdade, uma introdução à própria personalidade, da mesma forma que a refutação a *O Príncipe*, que fez o Rei Frederico II da Prússia, foi uma autocontestação. “MAQUIAVEL corrompeu a política” (25), anotou, injustamente, esse monarca, olvidando-se que ele mesmo exemplificou as qualidades reclamadas pelo autor italiano.

Os princípios de ordem e autoridade, para estruturar o Estado democrático, não elidem o respeito à dignidade e à liberdade do cidadão. Invocar, levemente, a salvação da pessoa coletiva, para postergar o indivíduo é solução inadequada e paradoxal que não encontra apoio no direito ou na política.

O homem de MAQUIAVEL, cuja vida e obra dispensam os “chirurgiens esthétiques de la biographie”, na fórmula de GEORGES MOUNIN (26), é, pensamos, aquele voltado para o bem social, que amordaça o próprio egoísmo em prol da autoridade que o Estado impõe para a vida em comum e para a preservação da legitimidade do poder público, podendo, no mundo moderno, ser protagonizado pelo partido político, tido, por GUIZOT, como o exército da ordem civil, no seio da liberdade.

(24) *A Moderna Análise Política*, pág. 137, Rio, 1970.

(25) *O Anti-Maquiavel*, pág. 143, Lisboa, 1967. *Contra-Machiavel* é a denominação pela qual ficou muito conhecida a obra de Innocent Gentillet.

(26) *Machiavel*, pág. 7.